

MP vê ligação clara entre bingos e crime organizado



J. Freitas

Procuradores da República ouvidos ontem pela CPI dos Bingos apontaram os maiores obstáculos no combate aos jogos ilegais, citando, por exemplo, a promiscuidade entre políticos e criminosos. Para o Ministério Público, é clara a ligação dos bingos com o crime organizado.

REJEIÇÃO Procuradores foram unânicos em condenar os jogos de azar. CPI já definiu calendário de trabalho para o início de agosto

Página 3

Célio Azevedo



REUNIÃO CPI dos Correios decidiu ontem abrir sindicância interna para apurar o desaparecimento de alguns documentos considerados sigilosos

Mulher de Valério depõe à CPI na terça

A esposa do publicitário Marcos Valério, Renilda Maria, depõe à CPI dos Correios na terça-feira, às 10h. A comissão também decidiu ontem ouvir dois dos maiores sacadores das contas das empresas

de Valério: a funcionária da SMP&B Simone Vasconcelos e o policial civil David Rodrigues Alves. Um dos cheques emitidos pela agência de publicidade é de R\$ 9,7 milhões.

Página 4

Prisão de Cícero Lucena pela PF causa polêmica entre senadores

Senadores da oposição protestaram contra a prisão de Cícero Lucena – ex-prefeito de João Pessoa e ex-ministro do governo Fernando Henrique –, acusado de partici-

par de um esquema para fraudar licitações em obras públicas. Senadores da bancada do governo disseram que a atuação da Polícia Federal não teve conotação partidária.

Página 5

Congresso define frentes para campanha sobre armas

Página 2



Marcos Negrini/Setec-MT

PARTICIPAÇÃO Crianças de Cuiabá entregam à Polícia Militar armas de brinquedo durante campanha de desarmamento

Audiência da Rádio Senado cresce com investigação de denúncias

Página 7

Congresso define frentes para o referendo

■ Mesa deve editar ato, ainda hoje, fixando normas para registro das duas organizações, pró e contra as armas

A Mesa do Congresso Nacional deve editar ainda hoje ato estabelecendo normas para o registro das frentes parlamentares organizadas com o fim de mobilizar o país a respeito das vantagens e desvantagens de se proibir o comércio de armas e munições no Brasil. De acordo com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, duas organizações representam ideais opostos nessa questão – a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas e a Frente



João Araújo

ANSEIO Renan, presidente da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, diz que Congresso faz o que a sociedade exige

Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa.

As duas instituições pretendem realizar mobilização nacional até o dia 23 de outubro, quando o Tribunal Superior

Eleitoral promoverá referendo indagando se a população deseja ou não proibir o comércio de armas e munições no território nacional. Presidente do Senado e da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, o senador Renan Calheiros está particularmente empenhado no desarmamento.

– Estamos fazendo o que a sociedade quer. O Congresso faz o que a sociedade exige. E vamos fazer, sem medo de cara feia. Mais do que a ousadia de enfrentar uma indústria poderosa, essa é a primeira vez que vamos ouvir a população sobre um tema que lhe afeta

diretamente – afirmou.

Autor da iniciativa de consulta à sociedade, Renan Calheiros pressionou a Câmara para que o projeto fosse aprovado a tempo de o referendo ser realizado no dia 23 de outubro. Em sua opinião, somente um movimento orgânico, “ecoando por toda a sociedade”, poderá fazer frente ao “inescrupuloso lobby da bala”. Ele disse que pouquíssimos cidadãos lucram com o comércio da violência, “enquanto milhares de pessoas sofrem por perdas irreparáveis, a cada ano”.

Secretário-geral da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) aguarda apenas a publicação do ato de regulamentação dos registros

das frentes para apresentar o estatuto, a ata e o requerimento de aprovação da organização a que pertence. Ele explicou que, aprovado o registro pela Mesa do Congresso e publicada essa decisão no *Diário Oficial*, começará imediatamente a formar comitês em todos os estados, destinados a lutar para que a população, na hora de manifestar-se no referendo, diga não a esse comércio.

– Registradas essas frentes parlamentares, o próprio Legislativo comunicará a decisão ao TSE, que tem prazo para recebê-la até sábado [amanhã] à noite. Nossa providência seguinte será estruturar a frente em todo o país, nos estados e municípios – assinalou Raul Jungmann.

Agenda

Sessão não deliberativa

O Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina aos debates dos

parlamentares. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e José

Maranhão (PMDB-PB). Na próxima semana, também não estão previstas votações no Plenário.

Homenagem à A Voz do Brasil

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, uma reportagem especial sobre o programa *A Voz do Brasil*, que já garantiu o seu lugar no Livro dos Recordes como o programa há mais tempo no ar sem interrupções. O programa será reprisado amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.



Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, que começam de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30, nos dias úteis, e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.

Perguntas e sugestões

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos setores responsáveis para providências.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Na fila, alguns há vários anos, 82 vetos esperam por votação

Encerra-se na segunda-feira o prazo para a instalação e emissão de relatório das comissões mistas destinadas a apreciar os 29 vetos presidenciais lidos no Plenário do Congresso no dia 5 de julho. De acordo com a Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, o relatório não impede a apreciação dos vetos em reunião do Congresso Nacional, porque ele não é conclusivo, mas sim opinativo.

Somente nesta semana, 29 comissões mistas deveriam ter sido instaladas para analisar os últimos vetos presidenciais. Sem a instalação das comissões mistas, as matérias serão enviadas à Mesa do Congresso, para serem examinadas em reunião conjunta. O veto só é derrubado se obtiver o voto da maioria

absoluta dos parlamentares das duas Casas (41 senadores e 257 deputados).

Na segunda-feira, conforme informações da subsecretaria, os vetos serão enviados à Coordenação da Mesa do Congresso Nacional, com ou sem relatório, para serem incluídos na ordem do dia de votação. A Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional informou que os 29 vetos, que serão analisados diretamente em sessão do Congresso Nacional, não são os únicos à espera de apreciação. São 82 vetos, somando 497 dispositivos. O último veto apreciado, segundo dados da subsecretaria, foi em 25 de maio de 2004. Mas ainda há vetos na pauta do Congresso desde 1997.

Entre os vetos, há matérias como o projeto que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), de 1996. O estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a Lei de Responsabilidade Fiscal (PLC 4/00) e a instituição do Fundo Constitucional do DF (PLC 108/02) também esperam apreciação do Congresso.

Em 2004, matérias importantes também foram parcialmente vetadas pelo presidente Lula, entre elas, a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira (PLV 60), a Política Nacional de Biossegurança (PLC 9) e a lei que fixou regras para as parcerias público-privadas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Representantes do Ministério Público, que há anos seguem os passos do jogo ilegal no país, dizem na CPI dos Bingos que promiscuidade entre políticos e grupos criminosos, uso de "laranjas" e a facilidade de importação de caça-níqueis são obstáculos

Procuradores indicam rota da investigação

A promiscuidade entre políticos e grupos criminosos, a utilização de "laranjas" pelo crime organizado e a facilidade de importação pelos contraventores de equipamentos como caça-níqueis, amparada por liminares, foram indicadas por procuradores ouvidos ontem pela CPI dos Bingos como os maiores obstáculos no combate a esse tipo de crime.

O objetivo da presença deles na CPI foi, segundo o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), ajudar os parlamentares a traçar uma rota de trabalho, uma vez que durante anos os procuradores investigaram vários tipos de contravenção relacionados aos jogos e à lavagem de dinheiro.

Todos os depoentes manifestaram-se contrários aos jogos

de azar. O procurador regional da República José Pedro Taques afirmou que combater o jogo sem levar em conta a prática de lavagem de dinheiro de nada adianta porque, segundo observou, as duas atividades caminham juntas. Taques defendeu uma legislação mais rígida para que o Ministério Público e a Polícia Federal possam cumprir o seu papel constitucional de combate ao crime.

Lei é fraca

O procurador da República Celso Três, do Rio Grande do Sul, concorda com Taques, mas entende que o país necessita definir se quer ou não ver o jogo em funcionamento. Caso o país opte por "rechaçar a jogatina", que classificou como uma "contaminação", Celso Três

defende a aprovação de novos instrumentos legais que possam colocar os criminosos na cadeia. O procurador também lembrou que a atual lei de contravenção "é pífia e não coloca ninguém atrás das grades". Já o procurador regional da República Ronaldo Meira de Vasconcelos contou sua experiência no combate ao jogo quando trabalhou no estado do Espírito Santo. Ele disse que ficou estupefado ao constatar que o porto de Vitória era a principal porta de entrada de equipamentos de jogos no país – caça-níqueis – e que, de 1998 a 2001,



SUGESTÃO Presidente Efraim Morais (D) ouve procuradores: caminho começa pelos portos

ingressaram em solo brasileiro mais de seis mil equipamentos, com um agravante: a importação foi garantida por força de uma liminar da Justiça. Vascon-

celos sugeriu à CPI que solicite à direção dos portos brasileiros a lista completa das empresas que importaram equipamentos de jogos a partir de 1998.

CPI dos Bingos define agenda de trabalho para agosto

A CPI dos Bingos volta a realizar audiências públicas somente no dia 2 de agosto. Na próxima semana, os membros do colegiado irão se dedicar ao cruzamento de informações contidas em documentos que serão entregues à CPI pela Polícia Federal, pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria Geral da República.

Também vão analisar cópias do volumoso relatório da CPI da Loterj, concluída no ano passado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e que apurou, entre outras denúncias, a utilização de casas de bingo na lavagem de dinheiro.

O calendário de trabalho para o período de 2 a 11 de agosto está praticamente montado,

mas depende da confirmação de alguns depoentes. É bem provável que, no dia 2, a partir das 10h, a CPI ouça ex-dirigentes da Gtech do Brasil, empresa que operava os sistemas de loterias da Caixa. O depoimento mais esperado, entretanto, é o de Waldomiro Diniz, previsto para o dia 11. Ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência, Waldomiro foi flagrado em gravação pedindo propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.

O jornalista Mino Pedrosa, ex-assessor de Carlinhos Cachoeira, e o atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, também devem depor no início do mês de agosto.

Depoentes condenam a legalização do jogo

O procurador da República Ronaldo Meira de Vasconcelos manifestou-se contrário à liberação do jogo no país. Em resposta ao senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), ele relatou ter presenciado muitas vezes pais gastarem dinheiro em jogos ao invés de comida.

– Sou radicalmente contra a liberação do jogo no Brasil. Já presenciei por várias vezes, em bolsões de pobreza nos quais foram instalados caça-níqueis, pais deixando de alimentar os filhos para investir na jogatina – disse o procurador.

Vasconcelos acredita que mesmo parcerias internacionais com investidores estrangeiros interessados em aplicar em casas de jogos poderiam transformar o Brasil numa "imensa lavanderia de dinheiro sujo".

Ao relator da CPI, senador Ga-



ESQUEMA Procurador Jose Pedro Taques explica como os bingos servem para "lavar" dinheiro sujo

ribaldi Alves Filho (PMDB-RN), Vasconcelos confirmou que existem prepostos de bicheiros infiltrados nos poderes públicos, como, por exemplo, dentro das polícias civil e militar.

Lavagem de dinheiro

O procurador José Pedro Taques, em resposta ao senador Magno Malta (PL-ES), expli-

cou o esquema de lavagem de dinheiro através de casas de bingo. Segundo ele, as casas de bingo obtêm empréstimos junto aos bancos para financiar a jogatina, com objetivo de dar uma aparência legal à operação, passam por uma operação de *factoring* (financiamento a pequenas e médias empresas em que a garantia é o faturamento), e aí injetam recursos da exploração de casas de prostituição, dinheiro de roubo de cargas, de assalto a bancos e demais recursos de operações ilegais.

Muitas vezes, observou, esses recursos são repassados para o exterior para novamente voltarem ao Brasil. As quadrilhas, segundo o procurador, utilizam muitas vezes bancos que eles mesmos levam à falência e depois fazem a instituição voltar a funcionar.



Aprovada quebra de sigilos bancário e fiscal da Gtech

A CPI dos Bingos aprovou requerimento de autoria do relator, senador Garibaldi Alves Filho (foto), solicitando a

quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Gtech desde janeiro de 1997. Para o senador, a quebra dos sigilos dessa empresa – que operava os sistemas de loterias da Caixa – é de fundamental importância para que a CPI apure todas as denúncias.

O contrato da multinacional Gtech com a Caixa, no final dos anos 1990, é, no entender de Garibaldi, objeto de suspeitas desde a sua assinatura, uma vez que, como observou, os reajustes na remuneração da empresa contratada, ocorridos até 2000, são questionados e

foram objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria Geral da República e pela Procuradoria Regional da República da 1ª Região (Distrito Federal).



A CPI dos Correios convocará, além da mulher de Marcos Valério, uma funcionária de confiança do empresário, Simone Vasconcelos, e o policial civil David Rodrigues Alves. Eles aparecem entre os maiores sacadores nas contas das agências de publicidade

Célio Azevedo



AVANÇO O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio, e o presidente, senador Delcídio Amaral, em reunião que aprovou a convocação da mulher de Valério

Mulher de Valério vai depor na CPI dos Correios

Renilda Maria, mulher do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, vai depor à CPI dos Correios na próxima terça-feira, a partir das 10h. Após reunião fechada de quase três horas, os parlamentares aprovaram, além da convocação de Renilda, requerimento para ouvir a funcionária Simone Vasconcelos, da SMP&B, agência de Valério. O policial civil David Rodrigues Alves será ouvido na terça-feira seguinte (2). Os depoentes aparecem entre os maiores sacadores das contas das empresas de Valério.

– Já passamos da fase dos depoimentos econômicos. Agora esperamos que eles sejam mais abrangentes e sinceros – disse o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Também foi aprovada sindicância para apurar o desapare-

cimento de papéis sigilosos da comissão, como uma ordem de pagamento de R\$ 50 mil, em favor da mulher do deputado petista João Paulo Cunha. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), adiantou que os culpados pelo sumiço dos documentos podem responder por crime de quebra de sigilo.

Ministério Público

A CPI aprovou em bloco requerimentos pedindo a apreensão dos computadores da SMP&B e da agenda da funcionária Simone; o acompanhamento dos trabalhos da comissão por um representante do Ministério Público; informações sobre a vida pregressa do ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho; e a apreensão das fitas do circuito interno do Banco Rural desde

janeiro de 2003 até agora.

Também foi aprovado o pedido de envio da cópia do processo da 4ª Vara Federal de Minas Gerais, onde consta lista de 120 beneficiados com os saques nas contas das empresas de Valério. Foi aprovado, ainda, pedido de informações à empresa GDK sobre a possível doação de um veículo Land Rover ao ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira.

A CPI decidiu ainda que nas quartas-feiras das duas próximas semanas serão realizadas reuniões administrativas. Delcídio afirmou que os parlamentares rechaçaram a tentativa de acordo de Valério para colaborar com a CPI em troca de uma comissão não ouvir Renilda e Simone.

– Isso tem de ser definido no Ministério Público e o procurador-geral não quer falar em delação premiada agora – declarou.

CPI vai pedir ao Supremo lista de quem fez saques

A CPI dos Correios aprovou ontem requerimento que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) cópia do processo da 4ª Vara Federal de Minas Gerais na qual consta uma lista de 120 beneficiados com os saques realizados das contas das empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza. O documento apareceu após busca e apreensão na agência do Banco Rural de Belo Horizonte. Há nomes de parlamentares envolvidos e, por isso, o juiz Jorge Macedo Costa decidiu enviar os documentos ao STF, e não à Polícia Federal.

– Eles são a chave das investigações – afirmou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Delcídio informou ainda que agendará uma visita ao presidente do STF, Nelson Jobim, provavelmente hoje, para conversar sobre os *habeas corpus* que estão sendo concedidos aos depoentes. Ele pedirá ainda agilidade no envio dos documentos do processo à CPI.

Adiada reunião para sincronizar investigações

Foi adiada a reunião entre os membros da CPI dos Correios e da CPI do Mensalão, para troca de informações, que seria realizada ontem. O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse ter conversado com o senador Amir Lando (PMDB-RO), presidente da CPI do Mensalão, comunicando-lhe que não havia condições para a realização da reunião. A nova data ainda não foi marcada.

Amir Lando sustentou que as duas comissões trabalharão em conjunto e a reunião que foi desmarcada seria para estabelecer uma forma de cooperação e a competência de cada uma delas. O senador assinalou ainda que as comissões iriam acertar uma forma de partilhar as informações e os fatos já apurados.

A CPI do Mensalão foi instalada na quarta-feira para apurar o suposto pagamento, pelo PT, de mesada em troca de apoio de parlamentares.

Valores altos de cheques do BB causam alvoroço

Algumas cópias de cheques do Banco do Brasil (BB), emitidos pelas agências de publicidade do empresário Marcos Valério de Souza, apresentavam valores tão elevados que surpreenderam os integrantes da CPI dos Correios. Um dos cheques era de R\$ 9,7 milhões. A comissão recebeu ontem nove caixas de documentos do BB. Depois de uma rápida reunião, o presidente da CPI, o relator e alguns integrantes decidiram pedir nova documentação detalhada ao banco.

Até agora, a CPI havia analisado apenas a movimentação das agências de publicidade no Banco Rural. O início do exame dos cheques do BB provocou alvoroço entre parlamentares no início da tarde. O relator pediu então que o BB enviasse um técnico à CPI para dar explicações sobre o conteúdo dos papéis, mas houve mal-entendido da parte do pessoal do banco.

– O presidente da CPI e o relator pediram ao BB documentos detalhados, com origem e destino do dinheiro. O banco não está sonogando informações; só

houve um mal-entendido – disse o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), membro da CPI.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), ex-bancário, chegou a afirmar que o cheque de R\$ 9,7 milhões fora sacado “na boca do caixa”. Mas o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou depois das explicações do técnico do BB que o cheque fora emitido pela agência de publicidade de DNA para a conta particular de Valério.

Alguns deputados que tiveram acesso às cópias dos documentos informaram a jornalistas que existem novos beneficiários dos cheques das agências de publicidade, inclusive um deputado. Os valores teriam sido repassados aos beneficiários em espécie, em Belo Horizonte e Brasília.

O BB prometeu à CPI enca-



PENEIRA Alvaro Dias explica que a CPI pediu documentos mais detalhados ao Banco do Brasil

minhar ainda hoje parte da nova documentação. O restante deverá chegar na próxima semana. Para facilitar, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pediu apenas movimentações acima de R\$ 30 mil.

Márcia Kalume



Prisão pela Polícia Federal de Cícero Lucena, ex-prefeito de João Pessoa, revolta oposição no Senado, que acusa governo de tentar desviar as atenções das denúncias de corrupção contra o PT. Senadores da situação afirmam que foi tudo legal

Ney Suassuna contesta forma de atuação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua solidariedade à família de Cícero Lucena.

– Quero lamentar a forma como essas ações têm acontecido, mas não entro na questão do mérito. A prisão ocorreu às 6h da manhã, com a invasão de uma casa de família.

De acordo com o senador paraibano, há meios mais civilizados para se fazer isso. Ele disse ver com tristeza que a



SOLIDARIEDADE Suassuna lamenta a forma como a prisão de Cícero Lucena foi feita

prática está se tornando uma tradição: fazer prisões com efeitos bombásticos antes de haver uma condenação.

Segundo informações da Agência Brasil, a estimativa é que a fraude envolva o desvio de pelo menos R\$ 13 milhões.

Ana Júlia rebate acusações de arbitrariedade

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) rebateu a acusação de que as prisões temporárias de nove políticos e empreiteiros da Paraíba e do Piauí tenham sido arbitrárias e realizadas sem a cobertura de mandado judicial.

– Não dá para, toda vez que a Polícia Federal prender alguém importante, virem dizer que a ação é para desviar a atenção das denúncias contra o governo – protestou.

A senadora fez uma rápida defesa de Cosete Barbosa, ex-pre-



DEFESA Segundo Ana Júlia, não dá para dizer que as prisões temporárias visam desviar atenção

feita de Campina Grande pelo PT, acusada de envolvimento em denúncias de uso de recursos públicos em campanhas eleitorais. "Ela (Cosete) relatou que pediu apuração ao Ministério Público, instaurou inquérito administrativo", declarou.

Efraim classifica detenção de ilegalidade

O senador Efraim Morais (PFL-PB) também registrou seu protesto contra a prisão, pela Polícia Federal, do ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena. Efraim classificou o ato como "ilegal e arbitrário" e o encareceu como uma estratégia do governo federal para desviar a atenção das denúncias de corrupção contra o PT investigadas pelo Congresso Nacional.

Segundo o senador, as irregularidades em obras públicas atribuídas a Lucena, como na



TCU Efraim Morais garante que acusações foram rebatidas por auditorias dos tribunais

Orla de Cabo Branco, já teriam sido rebatidas por auditorias realizadas, entre 2003 e 2004, pelo TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado. Os auditores teriam concluído pela inexistência de ilegalidades.

Mercadante afirma que prisão de Lucena foi legal

Ao comentar a prisão de Cícero Lucena – filiado ao PSDB e secretário de governo da Paraíba, ocorrida ontem –, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, afirmou que "a operação da Polícia Federal tem amparo judicial e é resultado de uma investigação prolongada".

Cícero Lucena também foi prefeito de João Pessoa e ministro da Integração Regional do governo Fernando Henrique. Sua prisão causou reações no PSDB e no PFL, considerando-a arbitrária e ilegal, motivada por razões políticas.



EXPLICAÇÃO Aloizio Mercadante assegura que operação da PF foi resultado de longa investigação

Mercadante reconheceu que, "inegavelmente, Lucena já

prestou serviços importantes ao país". Mas ele não concordou com as afirmações de outros senadores, de que a prisão seria um ato arbitrário e de que Lucena seria um "preso político".

– Não me cabe prejudicar quem quer que seja, mas o que ocorreu foi resultado do trabalho conjunto da Polícia Federal e do Ministério Público Federal – acrescentou.

O senador ressaltou que a Polícia Federal tem se comportado de "forma republicana", sem discriminação de quem quer que seja.

Arthur Virgílio leva protesto do PSDB ao ministro da Justiça

O líder do PSDB no Senado, senador Arthur Virgílio Neto (AM), procurou o ministro Márcio Thomaz Bastos para protestar contra a prisão do ex-ministro e ex-prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, presidente regional do PSDB na Paraíba, acusado de fraudes em licitações. O ministro prometeu enviar a documentação para o senador esclarecendo sobre a prisão. Para o senador, está em jogo o princípio do enfrentamento ao arbítrio.

– Se este é o caminho que

o governo escolheu, o Brasil passará por situações de enorme inquietação – afirmou o senador.

Arthur Virgílio disse ter advertido o ministro da Justiça de que a saída para o governo não é ficar criando culpados para tentar se salvar das acusações de corrupção.

– O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve se explicar quanto às denúncias de irregularidades em seu governo – ressaltou.

Como líder do PSDB, o sena-



RETALIAÇÃO Arthur Virgílio adverte governo que saída não é procurar culpados para tentar se salvar

dor pediu inserção nos Anais do Senado da nota da Executiva do partido em protesto contra a prisão de Cícero Lucena. Acrescentou que não havia necessidade da prisão de Lucena.

ACM: Brasil se transformou em aparelho policial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também protestou contra a prisão de Cícero Lucena.

– O Brasil se transformou num aparelho policial que prende inocentes, invade empresas e escritórios de advocacia – acusou o senador baiano, ressaltando que os crimes têm que ser punidos, seja quem for o praticante.



GAMECORP Antonio Carlos cobra da PF esclarecimentos sobre denúncias contra irregularidades no governo

Antonio Carlos cobrou da Polícia Federal o esclarecimento sobre a origem e a finalidade dos R\$ 200 mil e US\$ 100 mil apreendidos com Adalberto Vieira da Silva, ex-

assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente do PT José Genoíno. Ele também disse que é preciso esclarecer as relações entre a Telemar e a Gamecorp, empresa que tem o filho do presidente Lula entre os seus sócios.

O senador ainda fez críticas à Controladoria Geral da União (CGU), dizendo que ela não fiscaliza os Correios, a Petrobras, a Infraero e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).



Preocupado em assegurar que a administração pública reduza gastos e combata a corrupção, senador defende um sistema de divulgação de receitas e despesas, pelo qual o cidadão comum terá amplo acesso aos números do governo

Capiberibe vai propor a Lula transparência total

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu audiência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar a ele proposta de redução de gastos públicos por meio da transparência. O governo, disse ontem o senador, deve tornar visível para o contribuinte, na Internet, as suas despesas.

Capiberibe explicou que a corrupção no poder público ocorre “na ponta da receita e na ponta das despesas” e frisou que sua proposta é um mecanismo eficiente, já testado no Ministério da Ciência e Tecnologia, que conseguiu reduzir as despesas de custeio em 20%, segundo informações do ex-



RESULTADO Proposta de Capiberibe, adotada no Ministério da Ciência e Tecnologia, trouxe economia de 20%

ministro Eduardo Campos, do seu partido, que deixou ontem a pasta.

O senador disse ainda que é preciso decretar a tolerância zero contra a sonegação de impostos e parabenizou a Polícia Federal por suas ações para coibir os infratores. Ele ressaltou a importância do combate à sonegação que vem sendo feito pela PF, afirmando que, durante anos, essa prática reduziu no Brasil a ação do Estado, que, por falta de recursos, não consegue atender os mais necessitados.

Capiberibe enfatizou que a sonegação não é feita pelos pobres, lamentando que, quando alguém é preso, geralmente ocorrem manifestações de protesto por parte das elites.

Paulo Octávio defende coincidência de mandatos

Ao considerar urgente uma reforma política, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu a aprovação de emenda constitucional de sua autoria com o objetivo de fazer coincidir os períodos de duração de todos os cargos eletivos, fixando-lhes o mandato em cinco anos, sem direito a reeleição.

Na avaliação do senador, a atual sistemática de realização de sufrágios a cada dois anos é cara, banaliza o exercício democrático e condena as correntes partidárias a uma mobilização quase permanente à corrida eleitoral. Isso, acrescentou o parlamentar, gera compromentimentos à

qualidade das candidaturas, ao planejamento das plataformas e à gestão do mandatos.

– Esta é, no meu entendimento, a solução de muitos dos mais graves problemas hoje por nós enfrentados. É, sobretudo, e sem dúvida, um importante passo rumo à concretização da verdadeira reforma política que a nação tanto espera e que o eleitor tanto merece – disse Paulo Octávio, fazendo um apelo para que os parlamentares discutam, de forma serena, madura e imparcial, as vantagens que essa proposta trará ao país.

O senador Sibá Machado (PT-AC) manifestou apoio à



MARATONA Segundo Paulo Octávio, pleitos a cada dois anos envolvem partidos em uma corrida eleitoral

proposta de Paulo Octávio, afirmando que pode retirar proposição de sua autoria nesse mesmo sentido para ratificar a do senador pelo DF. Paulo Octávio informou que seu projeto já está na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, fruto de seu trabalho à época de deputado federal.



ANTIGAS Jonas Pinheiro assegura que denúncias contra Fortes já foram esclarecidas há muito tempo

Jonas diz que Márcio Fortes será um bom ministro

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse considerar muito estranho que, logo após a divulgação de que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, do

PT, seria substituído pelo diplomata Márcio Fortes, fossem “desenterradas” denúncias já esclarecidas e julgadas sem procedência contra o indicado.

Jonas sustentou que Fortes, que já ocupou cargos importantes nos últimos 30 anos, “honra a administração pública brasileira”, por sua competência e lealdade. Lembrou que ele exerce, no momento, o cargo de secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No governo passado, foi secretário-geral do Ministério da Agricultura.

– Não defendo a nomeação de Márcio Fortes para o Ministério das Cidades, que é um assunto do presidente Lula. Mas com certeza os brasileiros sairão ganhando se ele vier a tratar dos problemas das nossas cidades – assinalou.

Heloísa prevê surgimento de novas denúncias

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem que, diante da análise, na CPI dos Correios, dos saques feitos nas contas das empresas de Marcos Valério, fica claro que os dados divulgados na imprensa não significam nem 20% do que foi sacado em espécie no Banco Rural. A senadora afirmou que não terá resultado a tática dos envolvidos de tentarem vender as irregularidades ocorridas como sendo apenas um crime eleitoral, um vez que, em sua opinião, os fornecedores e credores que receberam tanto dinheiro terão de aparecer.

– A CPI só está analisando, até agora, os contratos de pu-



TÁTICA Heloísa Helena não acredita que estratégia dos acusados na CPI dos Correios vá livrá-los de punição

blicidade do Marcos Valério. Quando chegar nos contratos de tecnologia da empresa NovaData, que aplicou R\$ 800 mil na campanha do presidente Lula e ganhou um contrato de R\$ 98 milhões, aí então veremos a gravidade do problema – observou Heloísa, para quem o PT que ajudou a construir “morreu”.



CARÊNCIA Malta diz que os 7 mil agentes federais são insuficientes para enfrentar crime organizado

Malta adverte para os riscos de se legalizar o jogo no Brasil

O senador Magno Malta (PL-ES) enfatizou sua opinião contrária às proposições apresentadas no Congresso que defendem a legalização do jogo no Brasil. Ele argumentou que o país não está preparado para reprimir a contravenção e a difusão de crimes que se agregam em torno da “jogatina”.

Em discurso ontem, o sena-

dor citou dados extraídos dos depoimentos dos procuradores da República que compareceram, pela manhã, à CPI dos Bingos, para reforçar sua convicção contra a liberação do jogo.

– Eles estão há cinco anos trabalhando essa questão da jogatina, dos bingos, dos caça-níqueis, do narcotráfico e da contravenção no país. Deram

uma panorâmica para a CPI sobre como os integrantes do crime organizado trabalham nessa teia, usando como argumento para a legalização dessa prática a falácia de que estão criando empregos – enfatizou o senador, para ressaltar que seu protesto não é apenas “um discurso do Parlamento e sim do Ministério Público”.

Magno Malta sustentou ainda que o país não dispõe de policiamento para controlar o esquema do crime organizado e ligado diretamente aos jogos de azar. Conforme informou o parlamentar, somente 7 mil pessoas compõem o quadro da Polícia Federal, insuficiente para controlar sequer as fronteiras do Brasil.



Líderes da oposição foram ao TSE pedir a suspensão dos repasses do Fundo Partidário para o PT. Sibá Machado, por sua vez, solicitará ao STF que suspenda contribuições ao PFL

Rádio Senado alcança recorde na Internet

A cobertura jornalística da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios feita pela Rádio Senado aumentou em mais de três vezes o número de *downloads* (descarregamento) de programas da emissora na Internet – www.senado.gov.br/radio. Nos primeiros 20 dias de julho, os internautas baixaram 140 mil programas da página eletrônica da Rádio Senado. A média mensal de arquivos baixados era de 41 mil.

É a primeira vez que a página da Rádio Senado na Internet divulga a cobertura de CPIs junto aos programas normais da emissora. Em junho, o número de arquivos baixados chegou a 81.152. No dia 15 de julho, a página atingiu o recorde de 29.936 arquivos baixados. A média diária até maio era de 1.540.

– Também aumentou o número de emissoras de rádio que acompanham as investigações da CPI pelo *site* da Rádio Senado – informou o coordenador do serviço da Rádio Senado na Internet, Luis Carlos Fonteles.

O material jornalístico, cultural e de utilidade pública está disponível em arquivos de áudio no formato *mp3*. Para veicular o material, basta que a emissora interessada preencha um formulário no seguinte endereço: <http://www.senado.gov.br/radio/radioAgencia-CAD.asp>.

Oposição tenta suspender Fundo Partidário do PT

Os líderes José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) entregaram ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o pedido de suspensão, por um ano, dos repasses do Fundo Partidário a que faria jus o PT. O pedido tem como base a denúncia de que o Partido dos Trabalhadores teria recebido empréstimos bancários intermediados pelo empresário Marcos Valério e garantidos por um contrato de prestação de serviços firmado entre uma firma de publicidade do empresário e os Correios.

– O PT infringiu a Lei dos Partidos recebendo doação de empresa pública. A sanção é inevitável – garantiu o líder do PFL, acrescentando que não há ainda razões para pedir a cassação do registro do partido.

O líder do PSDB, Arthur Vir-



JUSTIÇA José Agripino e Arthur Virgílio entregam pedido de suspensão ao TSE

gílio, disse que o objetivo da oposição é impedir que o PT possa utilizar os recursos do Fundo Partidário misturando-o com recursos de "caixa dois" e fazendo parecer que era só "caixa um". Ele observou, no

entanto, que a oposição não pretende acabar com o partido.

O Fundo Partidário é um repasse federal feito aos partidos que tenham recebido pelo menos 5% dos votos válidos para Câmara dos Deputados. Os recursos são distribuídos de acordo com o número de deputados federais que cada partido elegeu.

Em 2004 o PT recebeu mais de R\$ 23 milhões, o PSDB recebeu quase R\$ 18 milhões e o PMDB e o PFL receberam mais de R\$ 16 milhões cada um. Neste ano, o PT já recebeu mais de R\$ 11 milhões. Se a denúncia for aceita, o partido deixaria de receber mais de R\$ 35 milhões, valor que seria redistribuído entre as demais legendas.

Sibá reage e irá ao Supremo contra PFL

O senador Sibá Machado (PT-AC) anunciou que vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) acionar o PFL contra dispositivo contemplado no estatuto desse partido que permite que seus afiliados funcionários públicos descontem dos seus contracheques a contribuição partidária.

Sibá disse que essa será sua reação contra a ação impetrada pelo PFL e o PSDB no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a suspensão, por um ano, de repasses do Fundo Partidário que seriam destinados ao PT. O senador afirmou que a oposição "está extrapolando",



AÇÃO Sibá Machado acredita que PFL e PSDB "estão extrapolando" e querem extinguir o PT

e acusou os dois partidos de tentativa de extinção do PT.

Sibá acrescentou que também faz parte do plano da oposição de prejudicar e ex-

tinguir seu partido a iniciativa de exigir, junto ao TSE, o fim do registro partidário do PT. Conforme o senador, o PFL teria pedido ainda ao TSE o fim da contribuição dos afiliados do PT ao partido.

– O PFL arrecada com o desconto da contribuição dos seus afiliados em folhas de pagamento e quer usar uma espécie de volta da Lei Falcão contra o PT? – questionou, informando que, de acordo com a ação que levará ao TSE, "o PFL terá 30 dias para retirar do seu estatuto o dispositivo que permite a contribuição compulsória de correligionários".

Mozarildo: quem tem cargo não pode ter sigilo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sustentou, em discurso pronunciado ontem no Plenário do Senado, a necessidade de que sejam criadas leis que bloqueiem cada vez mais a corrupção no país. Para isso, pediu apoio dos seus pares para projeto de sua autoria que obriga nomeados para cargos públicos, candi-

datos eleitos e empresas que fazem negócios com o Poder Executivo a quebrarem seu sigilo bancário.

Mozarildo Cavalcanti disse que as três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que estão em funcionamento no Congresso Nacional representam avanço da sociedade contra a prática da corrupção

no Brasil, mas enfatizou que a aprovação de leis mais rigorosas nesse sentido ajudará de forma mais eficaz a combater esse crime, "já institucionalizado no país".

Ao defender seu projeto, o representante de Roraima explicou que está propondo que "o dinheiro público seja tratado como dinheiro público".



EMOÇÃO Paim foi à tribuna destacar a atuação do seu conterrâneo no ministério

Paulo Paim homenageia Olívio Dutra

Ao registrar a saída de Olívio Dutra do comando do Ministério das Cidades, o senador Paulo Paim (PT-RS) prestou homenagem ao seu conterrâneo. Em discurso emocionado, ele sugeriu que Olívio Dutra se candidatasse à presidência do partido no Rio Grande do Sul e ao governo do estado.

Paim fez uma retrospectiva da trajetória política de Olívio Dutra, destacando sua atuação frente ao ministério, na tarefa de garantir a todos cidadãos brasileiros água tratada, coleta de esgoto e de lixo. Ele considerou a gestão de Dutra, "uma das melhores da Esplanada"



RECONHECIMENTO Tião Viana faz balanço do trabalho de Humberto Costa no Ministério da Saúde

Tião Viana faz balanço da gestão de Costa

O senador Tião Viana (PT-AC) fez ontem um balanço da gestão de Humberto Costa (PT) à frente do Ministério da Saúde. Costa foi substituído por Saraiva Felipe (PMDB) na reforma ministerial promovida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Estou aqui [no Plenário] para prestar uma justa homenagem e um justo reconhecimento ao dedicado trabalho de Humberto Costa nesses 25 meses – declarou Tião Viana.

Um dos pontos destacados pelo senador foi a evolução do SUS.



COMBATE Mozarildo Cavalcanti sustenta que as leis precisam bloquear a corrupção



CRÍTICA Lobão diz que governo federal submete prefeituras a um regime de "tortura financeira"

Lobão condena retenção de FPM pela Previdência

O senador Edison Lobão (PFL-MA) reclamou ontem da retenção dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo Lobão, 54 prefeituras maranhenses estão sendo prejudicadas pela Previdência por conta de dívidas feitas em administrações anteriores.

– A nação começa no município, não em Brasília. O que o governo federal está fazendo é um regime de tortura financeira, liberando apenas 30% dos recursos do FPM – observou.

Lobão pediu que os cálculos do INSS sejam revistos para evitar injustiças e argumentou que os critérios para calcular as dívidas não são divulgados. Ele explicou que os municípios nordestinos dependem principalmente dos repasses federais, pois arrecadam pouco.

Em aparte ao discurso do representante maranhense, o senador Sibá Machado (PT-AC) atribuiu à guerra tributária entre os estados uma parte dos problemas dos municípios e ressaltou que a legislação sobre a criação de municípios tem permitido o surgimento de novas unidades sem viabilidade financeira.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), por sua vez, lamentou a precária situação por que passam os pequenos municípios brasileiros, em especial do Nordeste, e afirmou que é preciso cumprir a Constituição.

Já o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu a Lobão, em seu aparte, o recurso do *habeas data*, que poderia obrigar o INSS a revelar a forma como calcula as dívidas dos municípios.

Mais universidades no interior, pede Maranhão

■ Para senador, ensino superior precisa se interiorizar para dar chance aos jovens fora dos grandes centros

O senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu ontem a expansão das universidades pelo interior do país – e, mais especificamente, da Universidade Federal de Campina Grande pelo interior da Paraíba. Ele afirmou que essa "interiorização" é uma forma de os estudantes mais pobres terem acesso ao ensino superior. Segundo Maranhão, 66% das universidades brasileiras estão nas capitais, e apenas 34% nas cidades do interior.

– Essas instituições não podem continuar isoladas nos grandes centros. A universi-



ATRASSO Maranhão informa que só 25% dos jovens que concluem o ensino médio chegam à faculdade

dade tem de ir aos estudantes. Atualmente, apenas 25% dos jovens que concluem o segundo grau ingressam no ensino superior. E uma das causas desse baixo índice é a questão econômica. Nem sempre os filhos dos trabalhadores, e mesmo os da classe média

que vêm se empobrecendo no Nordeste, têm condições de cursar faculdade na capital do estado ou em uma grande cidade, pagando pensão e outras despesas – assinalou.

Maranhão também destacou a concentração regional do ensino superior. Ele disse que, enquanto a maioria das universidades está no Sudeste ou no Sul, apenas 16% dessas instituições estão no Nordeste, enquanto o Norte só tem 14%.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou o discurso de Maranhão, frisando que "só recentemente as universidades federais avançaram pelo Norte e Centro-Oeste".

– É claro que o ensino básico é prioritário, mas o Brasil tem de ser repensado, principalmente no que se refere à educação superior – afirmou.

Demarcação de reserva pode gerar conflito armado

Ao condenar a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, homologada em abril pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) leu ontem, da tribuna, carta de uma liderança indígena pedindo ao governo federal garantia para que os índios não sejam expulsos dos lugares onde vivem e ameaçando iniciar conflito armado caso isso não ocorra.

"A demarcação de forma contínua da Reserva Raposa Serra do Sol poderá tornar-se

sangue por não aceitarmos de maneira alguma que os nativos da região sejam expulsos da terra que seus pais deixaram como herança. Somos pessoas humanas, não somos animais que são levados para qualquer lugar", disse, na carta, o tuxaua (cacique) da maloca do Flechal, Lauro Joaquim Barbos.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que já tramita no Supremo Tribunal Federal pedido de sustação do decreto presidencial que demarcou a



TEMOR Augusto Botelho lê carta de liderança indígena de Roraima contrária à demarcação da reserva

reserva indígena. O argumento que embasa o pedido é o de que esse decreto baseou-se em uma portaria inexistente do Ministério da Justiça, sendo por isso um ato nulo de pleno direito.

Mão Santa diz que arrecadação federal é voraz

Ao comentar os números de arrecadação apresentados pelo Executivo relativos ao primeiro semestre de 2005, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a voracidade do governo em arrecadar impostos. O parlamentar observou que, embora a economia esteja em um ritmo mais lento,



RECORDE Mão Santa lembra que existem 76 impostos no país, maior marca mundial

a ânsia de colher impostos do governo não dá sinais de diminuir. Ele lembrou que

existem no Brasil 76 impostos diferentes.

– É o país que mais paga impostos, e os juros são dez vezes maiores do que a média do mundo – afirmou.

O governo admite que foram recolhidos R\$ 7 bilhões acima do previsto só neste semestre. A arrecadação federal atingiu R\$ 175,7 bilhões, com alta de 6,19% – descontada a inflação – em relação ao mesmo período do ano passado.



MEDIDA Para Flexa Ribeiro, avanço no corte dos juros é crucial para a retomada da atividade econômica

Flexa Ribeiro critica decisão de manter juro alto

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou equivocada a decisão do Banco Central de manter, por dois meses seguidos, a taxa básica de juros em 19,75% ao ano. Na sua opinião, o quadro de contínua redução da inflação possibilitaria corte nos juros, que, no patamar atual, estão causando prejuízos à produção, ao emprego, às vendas e à renda do brasileiro.

– Embora esta não seja a única medida necessária, pois é urgente aprofundar a política fiscal, com redução dos gastos públicos, como âncora da estabilidade, o avanço no corte dos juros básicos é crucial para a retomada da atividade em ritmo mais intenso e para a consolidação de expectativas positivas quanto à trajetória da economia em 2005 e 2006 – sustentou.

Na avaliação de Flexa Ribeiro, o "aperto monetário" propiciado pela política de juros vem derrubando o nível de investimentos na economia.

– Se a produção industrial cresceu apenas 0,3% na comparação dos primeiros cinco meses de 2005 com o primeiro trimestre de 2004, as vendas no varejo exibiram queda de 0,7% em maio passado em relação a dezembro de 2004 – informou o senador.

Quanto ao emprego industrial, um dos indicadores mais confiáveis de aquecimento da economia, Flexa Ribeiro lembrou que, nos quatro primeiros meses de 2005, ele cresceu apenas 0,3%.

A taxa de juros atingiu o seu nível mais baixo no governo Lula entre os meses de abril e setembro do ano passado, quando esteve no patamar de 16%.